

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2008 PARA  
AQUISIÇÃO DE UMA CAMIONETA USADA PARA A  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
RURAL E MEIO AMBIENTE.**

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, através do Sr. **LAURO MAINARDI**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados que receberá sob a modalidade **TOMADA DE PREÇOS** do **TIPO MENOR PREÇO**, propostas de preços para **AQUISIÇÃO DE UMA CAMIONETA USADA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE**. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e a(s) proposta(s) deverão ser entregues até as 10h do dia 28 de agosto de 2008, no Centro Administrativo Departamento de Compras e Licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Candelária Av. Pereira Rêgo, nº 1665. O presente processo licitatório reger-se-á pelas normas constantes na Lei nº 8.666/93, conjuntamente com as regras gerais e especiais previstas neste Edital.

**1 – OBJETO**

1.1 O presente procedimento licitatório visa receber propostas para **AQUISIÇÃO DE UMA CAMIONETA USADA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE** conforme as seguintes especificações:

| <b>ITEM</b> | <b>QUANT</b> | <b>ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO</b>   |
|-------------|--------------|--|
| <b>1</b>    | <b>1</b>     | UMA CAMIONETA USADA COM NO MÍNIMO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: fabricação nacional, ano/modelo entre o anos de 1995 e 1996, IPVA pago, em bom estado de conservação, cabine simples, motor a gasolina de 4 cilindros e potência de no mínimo 110 cv, 4 x 2, capacidade de carga de no mínimo 700kg, pneus em bom estado, no mínimo aro 15, comprimento total de no mínimo 4500, largura da carroceria de no mínimo 1700, direção hidráulica. |

- 1.2 As propostas deverão atender estritamente as exigências do edital.
- 1.3 A camioneta deverá estar com os documentos e impostos quitados até o ano de 2008.
- 1.4 A camionete não poderá estar alienada. Deverá estar livre e desembaraçado.
- 1.5 Após a abertura das propostas, será nomeada uma comissão de três membros, composta por no mínimo um mecânico efetivo do Município, para avaliar a camioneta ofertada e realizar um laudo técnico, onde constem as características do veículo apresentado pelo proponente vencedor, bem como as suas condições técnicas (lataria, caixa, pneus, estofamento, plataforma, etc).
- 1.6 Esse laudo deverá concluir se o veículo apresentado pelo proponente vencedor atende ao objeto da licitação, bem como deverá avaliar e dizer qual o valor do veículo cotado pelo proponente.
- 1.7 O prazo de garantia do veículo deverá ser de no mínimo 3 (três) meses.

## **2 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

2.1 Os gastos da presente licitação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias e Extra-Orçamentárias:

|                  |  |
|------------------|--|
| 0801 1011 449052 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL<br>E MEIO AMBIENTE<br>DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA<br>AMPLIAÇÃO PATRULHA AGRÍCOLA<br>EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE |
|------------------|--|

## **3 - DOS PARTICIPANTES**

3.1 Poderão participar do certame licitatório quem estiver adequado às normas legais e regulamentos aplicáveis, especialmente a Lei 8.666/93, as empresas, firmas ou instituições legalmente constituídas, que se conformem às estipulações deste Edital e não estejam reunidas sob forma de consórcios e nem estejam em processo de falência ou concordata.

3.2 A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste Edital.

## **4 - DOS DOCUMENTOS E DA(S) PROPOSTA(S)**

4.1 Na data, horário e local determinados no preâmbulo deste Edital, os participantes da licitação deverão apresentar DOIS ENVELOPES lacrados, contendo, respectivamente, os documentos necessários à habilitação (envelope 1) e a proposta (envelope 2);

4.2 O envelope contendo os documentos necessários à habilitação deverá especificar na parte externa os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
TOMADA DE PREÇOS N° 21/08  
ENVELOPE N° 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

4.3 O envelope contendo a proposta deverá especificar na parte externa os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
TOMADA DE PREÇOS N° 21/08  
ENVELOPE N° 2 – PROPOSTA  
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

4.4 A Proposta financeira, que deverá ser feita de forma clara, sem conter rasuras e entrelinhas, que prejudiquem sua interpretação, deverá ser assinada pelo proponente ou representante legal.

4.5 O proponente possui liberdade para cotar proposta referente à apenas um item ou a quantos lhe interessarem, desde que separada e individualmente, quando for o caso.

- 4.6 O preço do produto oferecido não sofrerá alteração em virtude de fretes, impostos ou quaisquer outras despesas, que correrão por conta do proponente.
- 4.7 As propostas deverão ser rubricadas em todas as vias e assinadas em sua última página pelos representantes legais das empresas.
- 4.8 Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.
- 4.9 Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.
- 4.10 Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.
- 4.11 A abertura e julgamento das propostas serão realizados no dia 28 agosto de 2008 às 10h.
- 4.12 A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da Tomada de Preços.

## **5 – DA HABILITAÇÃO**

5.1 Os documentos de habilitação deverão ser entregues em envelope lacrado, na forma exigida no capítulo anterior, em via original ou cópia autenticada, contendo os seguintes documentos:

### **5.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- 5.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e a última alteração em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato;
- 5.2.2 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

### **5.3 - REGULARIDADE FISCAL:**

- 5.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 5.3.2 – Prova da inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal.
- 5.3.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.
- 5.3.4 – Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (INSS, FGTS).
- 5.3.5 - Certidão Negativa de débitos junto ao DETRAN.

### **5.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 5.4.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
- 5.4.2 – Certidão Negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

5.4.3 — Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o decreto nº 4.358 de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

5.4.4 – Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública.

5.4.5 – Declaração expressa de que se sujeitam as condições do presente edital.

## **5.5 – OUTROS:**

5.5.1 - Cópia do CRVA do veículo.

## **6 – DO PAGAMENTO E DA ENTREGA**

6.1 O pagamento será efetuado à vista, após a entrega e vistoria do veículo.

6.2 O veículo deverá ser entregue em no máximo 15 (quinze) dias após a emissão da nota de empenho, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, sito na Rua Botucaraí, nº 1025, no horário de expediente.

6.3 Durante o prazo de entrega, o contratado ficará de fiel depositário do bem licitado, sob as penas da Lei.

6.4 Em caso de discrepância de qualidade e quantidade do bem licitado, ou em caso de vícios, defeitos ou incorreções neste, o contratado disporá de um prazo de 3 (três) dias úteis para proceder às correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/93, sob as penas da Lei.

## **7 – DO REAJUSTE**

7.1 Conforme o art. 40, XIV, alínea “c” da Lei 8.666.93, o critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, será aplicação dos juros legais, nesse caso o IGPM.

## **8 – DO JULGAMENTO**

8.1 Para efeito de julgamento da melhor proposta, será observado o critério de MENOR PREÇO.

8.2 Será declarada vencedora a proposta que cotar o menor preço.

8.3 Será desprezada a proposta que não atender as condições exigidas neste Edital.

8.4 No caso de empate entre duas ou mais proposta, a classificação dar-se-á obrigatoriamente, por sorteio público, para o qual todos os licitantes serão convocados, na forma do art. 45, § 2º, da Lei 8.666/93.

8.5 Esta licitação será processada e julgada com observância dos arts. 43 e seguintes da Lei 8.666/93.

## **9 – DO CONTRATO**

9.1 Esgotados todos os prazos recursais, a administração convocará o vencedor, para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

9.2 O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo do item 9.1.

9.3 Se o 1º colocado não assinar o contrato, a administração notificará a empresa para que apresente as justificativas da desistência, julgando-as aceitas ou não para fins de aplicação das devidas sanções. Após, será convocada a empresa proponente que obteve a 2ª colocação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10 – DAS SANÇÕES E DO INADIMPLEMENTO**

10.1 Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- Multa equivalente a 10% sobre o valor da nota de empenho;
- Advertência;
- Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV da Lei 8.666/93;

10.2 No caso de atraso na entrega do bem, será aplicada multa no valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor descrito na nota de empenho por dia de atraso.

10.3 Em caso de recusa no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

## **11 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 Os interessados deverão fazer um cadastro na Prefeitura Municipal, contendo os documentos dos itens 5.2, 5.3 e 5.4.1, 5.4.2, 5.4.3, 5.4.4 deste edital, que deverão ser entregues no Setor de Cadastro de Fornecedores até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, cadastro este que não dispensa o envelope 01 (DOCUMENTAÇÃO).

11.2 Os interessados que já tem cadastro nesta Prefeitura, devem atualizar o mesmo, no prazo do item anterior.

11.3 Os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

11.4 Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

11.5 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

11.6 Fica reservado ao prefeito municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

11.7 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da lei 8.666/93.

11.8 A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da lei 8.666/93.

11.9 Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

11.10 Maiores informações sobre o presente edital, bem como cópia do mesmo, podem ser obtidos na Prefeitura Municipal de Candelária, junto ao setor de compras em dia e horário de expediente.

Candelária, 04 de agosto de 2008.

**LAURO MAINARDI**  
Prefeito Municipal

**VALDIR ROHRS**  
Secretário Mun. de  
Administração e Modernização

Este Edital de Tomada de Preços 21/08,  
foi revisado em \_\_/\_\_/\_\_, e está de acordo com a legislação,  
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda  
da análise jurídica .

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Procurador-Geral do Município  
OAB/RS N° 31.234

**DANA BETINA CEZAR**  
Assessora Jurídica  
OAB/RS N° 43.926

**ANEXO**

**MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA  
DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA**

**DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....  
(data)

.....  
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**CONTRATO Nº \_\_\_/08 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. (MINUTA)**

Contrato que celebram o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e a empresa (**descrição da empresa**), para a Aquisição de uma Camioneta Usada para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, de acordo com a Tomada de Preços nº 21/2008.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, CGC/MF Nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. LAURO MAINARDI**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a -----, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a Tomada de Preços nº 21/2008 e Lei nº 8.666/93 e nos termos e cláusulas a seguir descritas:

**DO OBJETO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Pelo presente contrato, a **CONTRATADA** se obriga a entregar uma camioneta usada para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, conforme as seguintes especificações:

| ITEM | QUANT | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO  |
|------|-------|--|
| 1    | 1     | UMA CAMIONETA USADA COM NO MÍNIMO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: fabricação nacional, ano/modelo entre o anos de 1995 e 1996, IPVA pago, em bom estado de conservação, cabine simples, motor a gasolina de 4 cilindros e potência de no mínimo 110 cv, 4 x 2, capacidade de carga de no mínimo 700kg, pneus em bom estado, no mínimo aro 15, comprimento total de no mínimo 4500, largura da carroceria de no mínimo 1700, direção hidráulica. |

Perfazendo o total de R\$ .....  
(.....).

**Parágrafo Primeiro:** O prazo de garantia do veículo deverá ser de no mínimo 3 (três) meses.

**Parágrafo Segundo:** A camioneta deverá estar com os documentos e impostos quitados até o ano de 2008.

**DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO:**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A **CONTRATADA** fará jus ao valor total de R\$ \_\_\_\_\_, que será pago à vista, após a entrega e vistoria do veículo.

#### DO REAJUSTE:

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Conforme o art. 40, XIV, alínea “c” da Lei 8.666.93, o critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, será aplicação dos juros legais, nesse caso o IGPM.

#### DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

**CLÁUSULA QUARTA:** O veículo deverá ser entregue em no máximo 15 (quinze) dias após a emissão da nota de empenho, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, sito na Rua Botucaraí, nº 1025, no horário de expediente.

**Parágrafo Primeiro:** Durante o prazo de entrega, o contratado ficará de fiel depositário dos bens licitados, sob as penas da Lei.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de discrepância de qualidade e quantidade do bem licitado, ou em caso de vícios, defeitos ou incorreções neste, o contratado disporá de um prazo de 3 (três) dias úteis para proceder às correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/93, sob as penas da Lei.

#### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**CLÁUSULA QUINTA:** O pagamento previsto na Cláusula Segunda será consignado no Orçamento vigente sob a seguinte rubrica:

|                  |  |
|------------------|--|
| 0801 1011 449052 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO<br>RURAL E MEIO AMBIENTE<br>DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA<br>AMPLIAÇÃO PATRULHA AGRÍCOLA<br>EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE |
|------------------|--|

#### DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES:

**CLÁUSULA SEXTA:** Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei Nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O não cumprimento de quaisquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

- Advertência;
- Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos;

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA:** Em caso de recusa no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

**CLÁUSULA NONA:** No caso de atraso na entrega do bem, será aplicada multa no valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor descrito na nota de empenho por dia de atraso.

#### **DOS ANEXOS:**

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta pela Contratada, bem como a Tomada de Preços nº 21/2008 e seus anexos.

#### **DO FORO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Quaisquer dúvidas, que em razão deste contrato venham a surgir entre as partes, serão dirimidas pelo FORO desta Comarca de Candelária – RS.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente Contrato, em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Candelária, \_\_\_\_\_ 2008.

**LAURO MAINARDI**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

**NOME DO REPRESENTANTE**  
CONTRATADA

#### **TESTEMUNHAS:**

NOME:  
RG:  
ASS.:

NOME:  
RG:  
ASS.:

## TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO

Por este e na melhor forma de direito, a **EMPRESA** ..... situada na Av. ...., nº ....., em ..... - ....., CNPJ nº ....., representada neste ato pelo Sr. ...., ....., solidariamente, se declaram **FIÉIS DEPOSITÁRIOS**, para o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, do veículo adquirido através do contrato de Aquisição de Veículo para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, firmado em ..... 2008, conforme a Tomada de Preços nº 21/2008, e abaixo relacionada:

| ITEM | QUANT | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO  |
|------|-------|--|
| 1    | 1     | UMA CAMIONETA USADA COM NO MÍNIMO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: fabricação nacional, ano/modelo entre o anos de 1995 e 1996, IPVA pago, em bom estado de conservação, cabine simples, motor a gasolina de 4 cilindros e potência de no mínimo 110 cv, 4 x 2, capacidade de carga de no mínimo 700kg, pneus em bom estado, no mínimo aro 15, comprimento total de no mínimo 4500, largura da carroceria de no mínimo 1700, direção hidráulica. |

Este termo é redigido e firmado, bem como, terá o tratamento legal previsto no artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, do que os fiéis depositários têm plena ciência.

Por estarem de pleno acordo, assinam este na presença de duas testemunhas.

Candelária, ..... de 2008.

**LAURO MAINARDI**

.....  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

.....  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Ass.:

Nome:

RG:

Ass.: